
APRESENTAÇÃO

As vésperas do século XXI a reforma do Estado tornou-se um consenso em todos os países do mundo. Através de uma maior interação entre os meios acadêmico e governamental, o debate em torno do tema tem-se construído de modo diverso do que vinha ocorrendo até há bem pouco tempo, pautando-se pela discussão de macro-questões que, pela sua relevância, assumem tonalidades estratégicas. Abandona-se paulatinamente as discussões em torno do tamanho ideal do Estado para firmar o foco do debate no seu papel e função, na sua missão e objetivos, nas suas características organizacionais e gerenciais, nas formas e meios de intervenção e nas formas de seu relacionamento com a sociedade e o mercado, dentre outras.

Como veículo de difusão e estimulador da reflexão e do debate sobre o Estado, a administração pública e gestão governamental, a *Revista do Serviço Público* transforma-se em

locus ideal para o debate destas macro-questões. O presente número traz contribuições que, de forma direta ou indireta, buscam compreender aspectos diversos da Reforma do Estado.

Lima Fernandes analisa o ressurgimento do liberalismo como modelo de organização econômica nas sociedades desenvolvidas, através da análise das políticas econômicas dos governos Reagan e Thatcher, discutindo se eventualmente o neoliberalismo baseia-se em um corpo teórico e práticas de economia política uniformes e articulados e revela um modelo de gestão diferente do *welfare state* de inspiração *keynestana* até então em vigor.

O processo de reestruturação das economias nacionais que se processa neste final de século é caracterizado por transformações substantivas no nível e na forma de intervenção do Estado na economia e por transformações na organização das corporações transnacionais. Constata-se mesmo um redesenho de funções entre os setores público e

privado, notadamente na área de pesquisa e desenvolvimento, em que se observa por vezes uma inversão dos tradicionais papéis na divisão das áreas de fomento e atuação. A evolução deste processo de redivisão é o objeto de estudo de Faucher e Ribeiro, que ensaiam uma definição de novos espaços de convergências entre os setores público e privado.

Em plena implementação do processo de integração do Cone Sul do continente americano, o entendimento dos problemas enfrentados pelos parceiros do MERCOSUL nos diversos aspectos da reforma do Estado assume importância crescente não apenas para os acadêmicos. Alberto Bonifácio faz a diagnose dos problemas da carreira administrativa na Argentina e propõe formas possíveis para uma adequada interação entre formação e profissionalização, partindo da idéia de que a busca da profissionalização do serviço público implica necessariamente em outorgar relevância crescente à formação e capacitação.

Santos coloca a importância de se considerar aspectos fundamentais do modelo empiricamente adotado no Brasil para a formação da alta administração pública, demonstrando que este

modelo alia os aspectos mais significativos dos modelos britânico e francês, quais sejam, o recrutamento por concurso público, sistemas de promoção por mérito, corpo técnico com formação generalista e atribuições por vezes generalista ou especialista, conforme o caso.

Paulo Modesto, em uma abordagem essencialmente jurídica, ocupa-se das classificações e individualizações das funções públicas, interrogando por uma tipologia das formas de atividades jurídicas do Estado ou pelos modos através dos quais os órgãos públicos exercitam funções públicas. Procura assim, eliminar prejuízos conceituais nocivos a uma clara identificação da função administrativa, distinguindo a questão das funções públicas da questão da estruturação orgânica do Estado. Por outro lado, tenta formular uma conceituação mais detida de função pública e avaliar a utilidade dos critérios conhecidos dessa função, ensaiando uma conceituação possível de "função administrativa".

Compõem ainda este número, extratos de pesquisa em execução, resenhas de publicações e indicações para leitura.